

Brasil quer acordo definitivo

Consuelo. Dieguez

BRASÍLIA— Apesar dos credores internacionais acenarem com um acordo provisório da dívida externa brasileira, a equipe do governo que embarca nesta semana para Washington, chefiada pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, leva na mala a proposta de uma negociação definitiva com os credores, que englobe, no mínimo, o principal da dívida a vencer até 1992.

Fontes do governo explicaram, contudo, que dificilmente os credores vão aceitar fazer um acordo mais definitivo, sem que antes seja definido o mandato do presidente da República e a regulamentação de capital estrangeiro no país. A questão agora, segundo explicou um funcionário do governo envolvido diretamente na negociação da dívida, é muito mais política. Os credores estão apreensivos de qual será a posição a ser tomada pelo PMDB, e pela constituinte, de um modo geral.

De qualquer forma, segundo este funcionário, o Brasil somente aceitará um acordo provisório que englobe o principal e juros a vencer em 87 e, pelo menos, em 88. Caso contrário, não seria interessante para o país mobilizar toda uma equipe de negociadores para acertar apenas a dívida de 87.

O governo vai tentar nesta primeira rodada de negociações incluir pelo menos a dívida a vencer até 1992, quando se concentra um maior volume de pagamentos. Em 87 vence uma parcela principal de 15,6 bilhões de dólares; em 88, 14,2 bilhões de dólares; em 89, 12,7 bilhões de dólares; em 90, 11,9 bilhões de dólares; em 91, 12,1 bilhões de dólares; em 92, 12,1 bilhões de dólares e em

92, 8,2 bilhões de dólares. Em 87, o Brasil teria que pagar de juros 9 bilhões de dólares; o que equivale ao saldo da balança comercial do país durante todo o ano.

O ideal, como argumentam os funcionários do governo, seria o país conseguir uma negociação definitiva de sua dívida, com definição de taxas de juros, *spreads* e prazos de pagamento e, se possível, a troca da dívida por bônus.

Junto com suas propostas de negociação, o governo brasileiro irá apresentar um relatório sobre a capacidade de pagamento da dívida externa nos próximos anos. Neste relatório o Brasil apresentará sua estimativas de Balança Comercial, necessidade de importação de petróleo, evolução do produto interno bruto e disponibilidade de reservas.

Pelas projeções do Banco Central, em 1987 o Brasil deve importar 14,5 bilhões de dólares e exportar 23,5 bilhões de dólares. Em 88 o Brasil precisará importar 4 bilhões de dólares em petróleo e 11,4 bilhões de dólares de outros produtos, enquanto pretende exportar 25 bilhões de dólares. Em 89 as importações de petróleo devem crescer para 4,6 bilhões de dólares, e as outras importações para 12,5 bilhões de dólares, enquanto as exportações devem subir para 27 bilhões de dólares. Em 90, a importação de petróleo chegará a 5 bilhões de dólares e as outras importações para 13 bilhões de dólares, enquanto as exportações devem aumentar para 29 bilhões. Em 91 o Brasil deve importar 18 bilhões de dólares — 6 bilhões em petróleo e 12 bilhões em outras importações — e exportar 31 bilhões de dólares.